

● Aguardando homologação do MEC · atualizado em 27/10/2026

GUIA PRÁTICO · PARECER CNE/CP Nº 15/2026

IA na educação: o que muda para a sua escola.

As regras do Conselho Nacional de Educação explicadas por etapa de ensino, com checklist de 12 meses e modelo de política de IA.

12 meses

para ajustar políticas, práticas e contratos (art. 46).

4 níveis

de risco para cada uso de IA (art. 37).

0 notas

dadas só pela IA. A nota é do professor (art. 41).

As diretrizes em sete pontos.

O CNE aprovou as diretrizes em 1º de setembro de 2026. Elas passam a valer quando o ministro da Educação homologar o parecer e a resolução for publicada.

-
- 01** A IA ajuda, mas não substitui o professor. art. 14

 - 02** Cada uso de IA é classificado em quatro níveis de risco: baixo, moderado, alto e proibido. art. 37

 - 03** Redação e prova discursiva: a IA pode fazer uma pré-correção, mas a nota é do professor, que lê o texto inteiro. arts. 40 e 41

 - 04** Educação infantil sem IA para os alunos; do 1º ao 5º ano, nada de IA generativa; do 6º ao 9º, só com mediação. arts. 21 a 23

 - 05** No EAD, a tutoria feita por IA não conta como tutoria obrigatória. art. 9º

 - 06** Proibido desde o primeiro dia: nota dada só pela IA, reconhecimento de emoções, vigilância biométrica e uso comercial de dados de alunos. arts. 41 e 46

 - 07** Prazo de 12 meses, contado da publicação da resolução, para ajustar políticas, práticas e contratos. art. 46

Quanto mais nova a criança, menos IA nas mãos dela.

O professor pode usar IA para planejar em todas as etapas. O que muda é o que o aluno pode usar.

Educação infantil	1º ao 5º ano	6º ao 9º ano	Ensino médio	Ensino superior
VETADO	SEM GENERATIVA	COM MEDIAÇÃO	REGRAS GERAIS	POLÍTICA PRÓPRIA
Alunos não usam IA nenhuma, nem com o professor junto. art. 21	Só atividade conduzida pelo professor. Famílias avisadas. art. 22	IA generativa só com o professor junto. art. 23	Adequação à idade e ensino sobre IA. arts. 17–20	No PDI, nos projetos de curso e no regimento. art. 27

Educação profissional e técnica

A IA entra como apoio, sem prejudicar a prática, a segurança e o julgamento técnico. arts. 31 a 35

Cursos livres

O texto não cita cursos livres. Nossa leitura: não são obrigados, mas seguir as boas práticas aumenta a confiança.

art. 1º · interpretação



Oh

de tutoria por IA contam no EAD.

A IA pode apoiar tutoria, atendimento e acompanhamento dos alunos, com supervisão humana e dentro do planejamento pedagógico. Mas ela não cumpre as exigências de tutoria e interação do EAD, e o uso será verificado nas avaliações do MEC.

Quem usa tutor com IA continua precisando de tutores e professores de verdade.

Cada uso de IA tem um nível. Quanto maior, mais cuidado.

A classificação vale para cada uso, não para a ferramenta. Na dúvida, vale o nível mais alto. Sem informação do fornecedor para classificar, não se contrata.

01

Baixo art. 38

Planejar aula, organizar material, revisar texto sem nota, legendas.
Avisar, proteger dados e registrar para que usa.

02

Moderado art. 39

Tutor automático, feedback sem nota, assistente de atendimento.
Revisão humana quando orientar o aluno e canal para contestar.

03

Alto art. 40

Apoio à correção, pré-correção de redação, monitorar prova,
prever evasão, dados sensíveis. **Avaliação de impacto antes e
validação humana documentada.**

04

Proibido art. 41

Reconhecer emoções, nota dada só pela IA, dados de alunos em
publicidade. **Vale desde o primeiro dia.**

11

usos de IA proibidos em qualquer escola.

Os outros ajustes têm 12 meses de prazo. Estes valem no dia em que a resolução for publicada.

- Pontuação social de alunos
- Reconhecer ou deduzir emoções de alunos e professores
- Explorar vulnerabilidades de idade, renda ou comportamento
- Perfil psicológico ou biométrico para classificar ou punir
- Decisão só automática sobre aprovação, matrícula, bolsa ou punição
- Vigilância biométrica contínua dos alunos
- Dados educacionais em publicidade ou venda
- Excluir alunos com base em previsões da IA
- Nota de redação ou prova discursiva dada só pela IA
- Punir só com base em detector de texto de IA
- Dados de crianças e adolescentes para treinar IA de terceiros

Redação e prova discursiva: a IA prepara, o professor decide.

- 1 A IA faz uma pré-correção, que é só preparação e não vale nota.
- 2 O professor lê o texto inteiro do aluno.
- 3 O professor dá a nota. Aprovar em bloco ou só confirmar a nota sugerida é proibido.
- 4 O aluno pode pedir revisão a um avaliador humano.

Detector de texto feito por IA serve só como apoio numa apuração, nunca como prova única.

12 meses, no calendário.

O prazo é do art. 46. A divisão por meses é uma sugestão da Estúdio Site.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
DIA 1 · ARTS. 41 E 46 Parar o que é proibido Nota só pela IA, emoções, biometria, publicidade.	●											
MESES 1 E 2 · ART. 12 Levantar onde a IA é usada Professores, secretaria, plataforma e atendimento.		■										
MESES 3 E 4 · ARTS. 37 A 41 Classificar cada uso Nos 4 níveis; pedir ao fornecedor o que faltar.				■								
MESES 5 E 6 · ARTS. 6º E 27 Escrever a política de IA Com o modelo; no superior, levar ao PDI e PPC.					■							
MESES 7 E 8 · ART. 11 Formar os professores Funcionamento, comandos, dados, integridade, vieses.							■					
MESES 9 E 10 · ARTS. 5º E 15 Revisar os contratos Auditoria, dados e nada de treinar IA com eles.									■			
MESES 11 E 12 · ARTS. 12, 13 E 42 Comunicar e revisar Avisar alunos e famílias; canal de contestação.											■	

GRÁTIS, SEM CADASTRO

Modelo de política de uso de IA.

Documento em Word para a instituição preencher e adaptar, com cada item ligado ao artigo do parecer.

Princípios e a quem se aplica

Registro das ferramentas por risco

Avaliação e integridade acadêmica

Formação dos professores

Regras por etapa de ensino

Usos proibidos

Dados e contratos

Canal de contestação

Baixar em estudiosite.com.br/diretrizes-ia-educacao

Precisa de ajuda para aplicar?

A consultoria de IA da Estúdio Site faz o levantamento, a classificação de risco, a política e a formação da equipe.

WhatsApp (21) 99260-8511 ·

estudiosite.com.br/consultoria-ia



De onde vêm as regras.

Todas as regras deste guia foram conferidas em 27/10/2026 no texto completo do parecer e do projeto de resolução anexo. Os artigos citados seguem a numeração do projeto de resolução.

TEXTO OFICIAL

Parecer CNE/CP nº 15/2026, aprovado em 1º/9/2026 — Diretrizes para a Utilização da Inteligência Artificial na Educação Brasileira, com projeto de resolução e anexos (glossário e guia de classificação de risco). gov.br/mec/pt-br/cne/2026/setembro-2026/pcp015_26.pdf

Súmula do Parecer CNE/CP nº 15/2026, Diário Oficial da União de 06/10/2026, Edição 189, Seção 1, p. 18. abmes.org.br/legislacoes/sumula-do-parecer-cne-cp-no-15-5667

QUANDO PASSA A VALER

Lei nº 9.131/1995, art. 2º: os pareceres do CNE só produzem efeitos depois da homologação pelo ministro da Educação. planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9131.htm

Situação em 27/10/2026: aguardando homologação. Quando o ato for publicado, a versão atualizada deste guia estará em estudiosite.com.br/diretrizes-ia-educacao.

INTERPRETAÇÕES DA ESTÚDIO SITE

A leitura sobre cursos livres e a divisão dos 12 meses em etapas são sugestões nossas, não estão escritas no parecer. Este guia não substitui orientação jurídica.

A IA prepara. O professor decide.

 **Estúdio Site**